

PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

MONITÓRIA — ART. 102/CPC - CHEQUE - AUSÊNCIA DE PROVISÃO DE FUNDOS - TÍTULO PRESCRITO - PLANILHA DE CÁLCULO

EMENTA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE - , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, situada na Rua, nº - Vila - -, por intermédio de seus procuradores, vem, respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar AÇÃO MONITÓRIA contra, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ, sob nº, com endereço na Rua, nº, - - de conformidade com os artigos 1.102.a e seguintes do Código de Processo Civil, demais dispositivos legais aplicáveis à matéria e pelos motivos expostos a seguir: A requerente é credora do(a) requerido(a) pela importância de R\$, mais acréscimos legais, representada pelos inclusos títulos de crédito, com as seguintes características: TIPO / NÚMERO VENCIMENTO VALOR R\$ CHEQUE/.../..., Apresentado para pagamento, o Banco sacado negou-se a efetuar-lo, certificando que o emitente não possuía suficiente provisão de fundos, conforme declarações escritas, datadas e assinadas pelo Banco, apostas no verso do cheque. Tais alegações comprovam a má fé do emitente e a fraude no pagamento por meio de cheque. O título foi encaminhado para protesto em .../.../.... A ação de execução de título extrajudicial não foi proposta em tempo hábil, ficando desta forma o título prescrito para a propositura desta ação. Atendendo ao que dispõe o Art. 1.102.c do Código de Processo Civil, o valor atualizado da causa com respectivos juros, é de R\$ conforme planilha de cálculo em anexo. Mesmo diante da certeza e da liquidez do crédito, vãs foram as tentativas de recebimento amigável. Isto posto, respeitosamente, REQUER: a) A citação do(a) requerido(a), com expedição de mandado de pagamento, para, querendo, oferecer embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito em título executivo e prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV. b) Caso o (a) requerido (a) não cumpra o mandado de pagamento, embargando a presente, seja condenada na importância de R\$ detalhadamente discriminada na planilha de cálculo em anexo, acrescida de correção monetária e juros até efetivo pagamento, bem como ao pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. c) Depoimento pessoal do (a) requerido (a), produção de provas testemunhais e, se necessário, periciais. VALOR DA CAUSA: R\$ TERMOS EM QUE PEDE DEFERIMENTO., de de Advogado